

O retorno a um “novo normal”: a emergência de um pós-normal em educação?

Resumo: Este texto decorre de estudos motivados pelo cenário político e educacional instalado diante da pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2) no Brasil e no mundo. Com as orientações sanitárias de distanciamento social, no início do ano letivo de 2020, deu-se o fechamento dos espaços escolares e a suspensão das atividades presenciais, ocasionando múltiplos questionamentos quanto a alternativas viáveis para a aprendizagem escolar dos estudantes, inquietações quanto à utilização de atividades remotas, ansiedades quanto ao retorno à normalidade e a possibilidade de um “novo normal”. Nesse contexto da pandemia foi produzido este trabalho cujo objetivo primeiro está em problematizar o “normal” e o “novo normal” não como uma sequência temporal, centrada no antes e depois, respectivamente, mas em suas ambiguidades e tensionamentos, para então agenciar enunciados no sentido da emergência de um pós-normal em educação. Trata-se de um estudo predominantemente teórico, acrescido da escuta de estudantes de Ensino Fundamental em escola pública e privada e de Ensino Superior sobre seus novos cenários educativos. As narrativas dos estudantes denotaram certo entusiasmo em relação à utilização de atividades *on-line*, evidenciando o fato de possuírem acesso às tecnologias digitais e condições estruturais do trabalho remoto, o que não representa a realidade objetiva da maioria da população brasileira. As respostas ainda provisórias às discussões levantadas apontam para a necessidade de repensarmos nossos modos de produzir e habitar em novos territórios em tempos de *intermezzo*, deixando emergir novas composições curriculares nesse pós-normal em educação, com todas as suas ambiguidades, suas ambivalências, suas tramas.

Palavras-chave: Educação. Currículo. Composições curriculares. Novo normal. Pós-normal em Educação.

Daniele Farias Freire Raic

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

danielefreire.uesb@gmail.com

Maria Roseli Gomes Brito de Sá

Universidade Federal da Bahia

roselisa@ufba.br

Em modos de introdução

O ano de 2020, dentre tantas expectativas que nos traz um “ano novo”, nos remeteu a um ambiente de incertezas, medos e perturbações. Estávamos no alvorecer de um ano que se iniciara com poucas esperanças no que se refere à política, à educação, à arte e à ciência, face às tendências neoconservadoras em que se assenta o governo brasileiro vigente nesse mesmo período. Uma incômoda distopia já nos acompanhava desde o golpe político de 2016, permeada por inúmeros outros ataques à democracia. Por um lado, ecoavam vozes que nos induziam a acreditar que estávamos “sem saída”; por outro, vozes se uniam em torno da frente “ninguém solta a mão de ninguém”; por outros tantos lados, ainda,

(1) Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-eh-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812

vozes se dispersavam e se embaralhavam em diversas direções, não passíveis de precisarmos o que diziam.

No que tange à educação escolar brasileira iniciamos o ano de 2020 com o compromisso legal de implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio e com as discussões e embates acerca da publicação da Resolução CNE/CP n.º. 02 de 2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. (BNC-Formação) (BRASIL, 2019) Sabíamos pelos fluxos dos acontecimentos que seriam anos de muitas lutas, resistências e subversões, ainda que tais atitudes fossem ganhando mais força nas microfissuras de nossas práticas cotidianas, que nos de movimento de rua, uma vez que tais manifestações tendem às repressões, próprias de governos antidemocráticos.

As esperas que se alinhavam à entrada do ano que acabara de iniciar foram interrompidas com pouco mais de um mês de aulas, considerando o calendário letivo nos diversos níveis de escolarização. Antes disso, ouvíamos através da imprensa os rumores de um vírus que estava causando mortes na China, mas, como não era conosco, talvez não tenhamos (governos e população) dado a devida atenção, como é de costume nas sociedades de expressões mais individualistas. Entretanto, não tardaria para sermos informados, através da Portaria do Ministério da Saúde n.º. 188, de 3 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020a), o estado de emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Decorridos pouco mais de 30 dias desde a portaria ministerial, em 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹ (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICA DA SAUDE, 2020) classificou o surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2) como uma pandemia. Daí, tivemos os nossos territórios de segurança ameaçados. Ora, se já não estávamos esperançosos com os cenários políticos brasileiros, diante do risco iminente de doença (e de morte) por um “inimigo invisível” experimentamos, por algum tempo, a sensação apocalíptica. Pelas redes sociais chegavam um número de relatos de brasileiros que se encontravam em diferentes países do mundo falando de suas experiências com a COVID-19. O alastramento do vírus pela Europa revelou a real dimensão de seu poder de contaminação. Com muita rapidez se socializaram também diversas publicações de cientistas sociais, como o já famoso Sopa de Wuhan (AMADEO, 2020), em alusão à cidade chinesa em que teve início

o surto do novo coronavírus. Tomávamos conhecimento, então, de interpretações variadas em relação ao vírus, umas mais negacionistas, a exemplo do texto de Agamben (2020), outras trazendo até certo alento com a possibilidade de que seria uma subversão ao capitalismo (ŽIŽEK, 2020), ou uma chamada pelas novas éticas democráticas. (BUTTLER, 2020)

Por outro lado, as ininterruptas notícias veiculadas pelas mais diversas mídias, alertavam-nos do que estaria por chegar ao Brasil. Deveríamos todos nos isolar em nossas casas, sair somente para atividades essenciais. O mês de março nos trouxe muitas inseguranças... as narrativas ordinárias comparavam os acontecimentos a um filme de ficção científica.

Em atendimento às recomendações da vigilância sanitária, o estado da Bahia, em 16 de março de 2020, cuidou de suspender as atividades letivas nas unidades de ensino, públicas e particulares, através do Decreto Estadual nº. 19.529/ 2020. (BAHIA, 2020a) Dois dias depois, um novo decreto, o de nº. 19.549/20 (BAHIA, 2020b) declarava a situação de emergência no território baiano. Assim, crianças, jovens e adultos estudantes, além dos profissionais da educação, foram afastados de seus espaços de produção, as escolas. Uma vez em casa, como seriam realizadas as atividades que competiam a cada um de nós? O que nos esperava dali adiante? Em quais cenários haveríamos de habitar?

Enquanto isso, tomada pelas incertezas do porvir, a população brasileira se via dividida entre cuidar e proteger a vida ou cuidar e proteger a economia, como se ambas as decisões não pudessem estar interconectadas. Experimentávamos o *ou isto ou aquilo*, (MEIRELES, 2014). Ou ficávamos na defesa da vida, ou do setor econômico; ou se tinha uma coisa ou se tinha outra. Esse dilema intensificou-se com a crise nas instituições, com destaque para os encaminhamentos imprudentes do governo brasileiro, quando tentou minimizar os efeitos da pandemia na vida da população e apoiar (ou mesmo incitar) os movimentos de retorno às atividades econômicas, sob o slogan “o Brasil não pode parar!²”. Ficava, desse modo, instituída a crise das percepções particulares e coletivas diante da pandemia, da política e das relações humanas. Importante dizer que a essa altura, milhares de pessoas no mundo inteiro estavam sendo vitimadas pela doença, enquanto o Brasil iniciava a aceleração dos casos notificados.³ Atualmente morrem, em média, mais que mil pessoas por dia no Brasil, o que nos faz

(2) Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/27/governo-lanca-campanha-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento>. Acesso em: 31 ago. 2020.

(3) Até a escrita deste texto o Brasil já registrava mais dois milhões de casos, com mais de 80 mil óbitos, no período de fevereiro a julho de 2020.

pensar, pesarosamente, que ao ser publicado este texto, por certo esse número será muito mais alarmante.

Com as escolas fechadas e as aulas suspensas, as questões que se colocaram foram: como proceder com as atividades escolares? Teremos o ano letivo cancelado? Como não interromper o processo de aprendizagem escolar dos estudantes? Quais as alternativas viáveis para a continuidade das atividades escolares? A essa altura, Santos (2020) já anunciava uma “Pedagogia do vírus”. Quais as pedagogias possíveis?

O governo federal, na tentativa de dar algumas respostas às inúmeras imprecisões, editou a Medida Provisória (MP) n.º 934 de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020c), a qual desobrigou o cumprimento dos duzentos dias letivos; todavia, manteve a obrigatoriedade das oitocentas horas anuais. No Estado da Bahia, diante da necessidade de normatizar as instituições a ele vinculadas, o Conselho Estadual de Educação (CEE-BA), através da Resolução n.º 27/2020 (BAHIA, 2020c), cuidou de orientar as atividades curriculares para as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual n.º 19.529, de 16 de março de 2020. O CEE-BA, entretanto, não se arriscou a orientar a educação a distância, preferindo referir-se à “aplicação das atividades curriculares nos domicílios dos estudantes”, como consta na própria resolução.

Em 16 de junho, o Ministério da Educação (MEC) tornou pública a Portaria n.º 544/2020 (BRASIL, 2020d) e dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto a situação da pandemia da COVID-19 se mantivesse, revogando as portarias anteriores que normatizavam as demais medidas para esse mesmo motivo excepcional.

Essas breves notas de introdução são um esforço para registrar um movimento intenso que nos retirou de nossos territórios estáveis, levando-nos a experimentar um estado caótico, produzindo em nós grandes desterritorializações, nas quais não nos sustentamos permanentemente. Decorre daí a necessidade de perspectivar um novo território que se encontra em estado de potência. Essa busca por entender e situar o cenário em que nos encontramos é que nos aproxima de um conjunto de imprecisões que se podem formular, precariamente, em modos de perguntas: quando voltaremos ao normal? Haverá um novo normal? Como serão as atividades escolares

após a pandemia? Essas questões nos motivam a produzir este trabalho, cujo objetivo primeiro está em problematizar o “normal” e o “novo normal” não como uma sequência temporal, centrada no antes e depois, respectivamente, mas em suas ambiguidades e tensionamentos para, em seguida, avançarmos na direção de agenciar enunciados no sentido da emergência de um pós-normal em educação. Para tanto, apoiamos-nos na bricolagem metodológica, cuja perspectiva rejeita a aceitação passiva dos métodos de pesquisa impostos de fora, como procedimentos, e os assume como uma tecnologia de justificação, ou seja, como uma forma de defender o que se quer saber e o processo pelo qual se sabe, como nos diz Kincheloe (2007). Nessa mesma direção, concordamos com Borba (1998, p. 17), ao afirmar que “[...] precisamos sair do conforto das metodologias prontas. É o fazer ciência, o criar, o construir ciência que definirá a ‘composição’ (a bricolagem) metodológica”. Assim, durante essa bricolagem acessamos diferentes dispositivos na produção de informações, tais como: questionários *on-line*, com estudantes e familiares que estão no processo de ensino remoto; artigos jornalísticos e acadêmicos; e, ainda, as *lives* que se disseminaram no período de pandemia. Esses dispositivos, vistos e interpretados em sua complexidade, nos ajudam a perspectivar a emergência de um pós-normal, como trataremos a seguir.

Um “novo normal”?

Nesses cenários pandêmicos, de isolamento ou distanciamento social, a palavra de ordem que passa a ganhar notoriedade é “normal”. Falamos a todo tempo de um retorno ao normal e da possibilidade de um novo normal. Mas, afinal, o que é esse “normal”?

De acordo com a etimologia (NORMAL, c2008) da palavra, normal vem de *norma*, régua de carpinteiro, decorrendo daí a ideia de “de acordo com as normas”, “de acordo com as regras”. Essa ideia que alimentamos no contexto de pandemia nos faz crer que vivíamos sob uma justa medida, pressupondo uma regularidade. Viver dentro das normas, produzindo e alimentando as rotinas com aumentado grau de previsibilidade nos daria conforto e segurança.

Assumir uma normalidade do existir nos convida a ver modos de vida subjetivados em uma certa modelagem, desprezando as realidades vibráteis em fluxos de vir a ser outras coisas ainda não experimentadas. A vida normal segue uma rotina que nos identifica

como escola, como família, como centro religioso, como empresa etc. Temos modos de existir que nos agregam em torno de “medidas comuns”. Nesse sentido, já podemos lançar mão de algumas provocações: nada insurge a essa normalidade? Estaríamos nós, a todo tempo, subsumidos a essa medida? Se essas medidas se mantivessem estáveis infinitamente, como explicaríamos os deslocamentos históricos? Dessas provocações, dizemos que a estabilidade que temos é o contínuo movimento contração-descontração entre os corpos. Deleuze (2006, p. 115) assim nos convida a pensar:

Somos água, terra, luz e ar contraídos, não só antes de reconhecê-los ou representá-los, mas antes de senti-los. Em seus elementos receptivos e perceptivos, como também em suas vísceras, todo organismo é uma soma de contrações, de retenções e de expectativas. Ao nível dessa sensibilidade vital primária, o presente vivido já se constitui no tempo um passado e um futuro.

Esses movimentos de contração e descontração impulsionam-nos à contemplação, que não pode ser entendida como olhar de longe, observar, mas, como diz Deleuze (2006, p. 117), “contemplar é extrair” e o que se extrai é a diferença. Esses movimentos próprios da vida pulsante nos fazem desconfiar de que tudo permanece ou permanecerá igual; fazem-nos desconfiar da normalidade do mundo, ainda que insistamos na manutenção do normal.

Mas, o que vem se constituindo como discurso, face ao normal na escola brasileira? A história da educação, em suas grandes narrativas, nos permite falar de uma escola que vem se consolidando como uma agência de formação voltada à modelagem, ao padrão. A ideia amplamente construída é aquela em que o normal é ser serializado. Temos uma escola facilmente descrita a partir de nossas lembranças: um professor à frente, utilizando-se de um quadro (com ou sem uso de tecnologias digitais); cadeiras enfileiradas com a atenção voltada ao quadro; crianças e jovens fardados, com o mínimo possível de diferenciações; livros didáticos à disposição; horas-aulas marcando a entrada e saída de docentes seguindo um quadro de horários; intervalo para lanches; unidades de medidas de aprendizagem, boletins, reuniões de pais e mestres. Tudo obedece a uma ordem *espaçotemporal*. As aulas geralmente estão organizadas em torno de um conteúdo escolar, constante no ementário ou no quadro de competências e habilidades a serem desenvolvidas. E,

embora “esta” normalidade da escola venha sendo amplamente problematizada nos meios acadêmicos e nos cursos de formação de professores, reconhecemos que há um esforço da cultura escolar em assegurar e manter, com um certo grau de controle, essa permanência. Ora, sabemos, todavia, que essa normalidade sempre se viu desestabilizada pelos corpos vivos que produzem a escola e sempre esteve tensionada pelas práticas subversivas e resistentes, tanto de alunos quanto de professores, ainda que essa escola normal, construída pela representação, venha tentando se manter forte e inabalável.

No contexto da pandemia e com a emergência das atividades remotas, parece que a escola viu ameaçada a sua normalidade. Em um primeiro momento, resistimos e colocamos em xeque a qualidade da educação, como se a normalidade a garantisse; falamos da desigualdade social e dos impedimentos de uma prática equitativa, como se já tivéssemos conquistado a pretendida justiça social. Depois, com o avançar das semanas sem atividades na escola, nos arriscamos, voluntária ou forçosamente, no mundo digital, ampliando os contatos entre professores e alunos. Vimos iniciar as atividades educativas por diversas plataformas de videoconferências, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), as *lives* com diversos temas. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) ousou ao organizar o Congresso Virtual UFBA 2020, intitulado *Universidade em Movimento*, durante o período de 18 a 29 de maio, congregando pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação tanto do Brasil, como de outros lugares do mundo. Parece-nos que essas atividades tensionaram a normalidade dos vividos e provocaram novas possibilidades de anúncio de futuros outros, ainda que solidário ao passado e ao presente remotos, cuja veiculação marcou fortemente a denominação de um “novo normal”.

Muitos professores, ao aderirem às atividades remotas, sentem-se traindo a escola; é como se novas práticas se configurassem em aceitação, passividade e aderência ao que antes negavam. Há aqueles que sequer se colocam na condição de experimentar esse novo que se anuncia. Negam, simplesmente, sem sequer provocar a si mesmos. Utilizam-se de argumentos que fecham quaisquer possibilidades de aberturas ao que se aponta como um novo tempo. Concordamos com Deleuze (2013, p. 136), para quem

[...] pensar é sempre experimentar, não interpretar, mas experimentar, e a experimentação é sempre o atual, o nascente,

o novo, o que está em vias de se fazer. A história não é experimentação; é apenas um conjunto das condições quase negativas que possibilitam a experimentação de algo que escapa à história. Sem a história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica, é filosófica.

Insistimos muitas vezes em olhar a história como um registro de um presente que passou, mas não a olhamos como um acontecimento. Para Foucault (1987, 1999), a história não pode ser entendida como uma explicação temporal, uma continuidade ordenada do tempo, que tenta escrever verdades, classificar e justificar os acontecimentos à procura da estabilidade das espécies obedecendo a uma sequência retilínea, visível. Para Foucault (1999, p. 181), essa “é uma história restituída à violência da irrupção do tempo”. Assim, interessa-nos “[...] saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas”, a fim de nos ajudar a produzir um futuro, que também sabemos incerto. Buscamos “a história com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris, assim como suas sínopes, é o próprio corpo do devir”. (FOUCAULT, 2008, p. 264) Esse apego em manter a normalidade que a história racionalista vem operando a mãos fortes, talvez não nos ajude, neste momento, a perspectivar outros modos de existir em mundos outros.

Os especialistas em infectologia nos falam de um novo normal, com o fim da pandemia. Sinalizam a todo tempo o necessário distanciamento, a ausência de aproximações físicas, a reorganização dos espaços comuns, prevalecendo uma distância mínima entre 1,0 a 2,0 metros entre pessoas; o uso continuado de máscaras, a higienização das mãos, dos objetos e superfícies. A expressão “novo normal” se firmou, se alastrou para outros campos, passou a ser quase que de uso corrente. Incorporamos a expressão “novo normal” em nossas práticas discursivas, mas, falamos mais de comportamentos e menos de desejos, de intensidades, de contemplação.

Tomando como referência a etimologia da palavra normal, estaríamos realmente produzindo um novo normal? Se afirmarmos que ‘sim’, o novo normal só se daria no sentido da adequação do tempo atual às novas medidas, ou seja, sustentado pelos padrões, pelas regularidades. Nesse sentido, falar de um novo normal é correlato a dizer de um mesmo modo de existir, subjugado a novas

regras. Todavia, quando pensamos na ideia de retorno ao normal, nos parece que a discussão segue em outra direção e é essa outra direção que nos interessa neste texto.

O retorno ao normal passa a ser pensado conjuntamente com a ideia do eterno retorno. E aqui recorreremos ao pensamento de Deleuze para nos ajudar a argumentar o que estamos pretendendo dizer de um retorno ao normal. Raic (2015, p. 89), ao tratar do eterno retorno, afirma que “[...] não há um passado que não se constitua sem ter sido presente, tampouco seria passado porque apareceu um novo presente”.

Ao pensarmos no retorno ao normal, apoiando-nos em Deleuze (2006, p. 138-139, grifos do autor) e capturando a ideia do eterno retorno, temos que este

[...] só concerne e só pode concernir ao terceiro tempo da série. É somente aí que ele se determina. Eis porque ele é literalmente chamado de crença do futuro, crença no futuro. O eterno retorno só afeta o novo, isto é, o que é produzido sob a condição da insuficiência e por intermédio da metamorfose. Mas ele não faz retornar nem a *condição* nem o *agente*; ao contrário, ele os expulsa, os renega com toda a sua força centrífuga. [...] Ele é o novo, é toda a novidade. Ele é, sozinho, o terceiro tempo da série, o futuro enquanto tal.

Aqui parece que estamos diante de um problema conceitual. O cotidiano normal está sendo afetado pela pandemia, que produz um novo normal. Esse novo normal não faz retornar nem a condição, nem o agente, mas os expulsa, os renega. Então o que estamos falando de retorno ao normal como retorno ao mesmo seria possível? Haveria condição de pensarmos um futuro que mantivesse o passado e o presente? Para Raic (2015, p. 89), “[...] sendo o futuro o eterno retornar, passado e presente são apenas suas dimensões. O passado, a condição; o presente, o agente. Então, é no eterno retorno que se extrai uma diferença em si-mesma”. Assim pensado, não há um novo normal que não traga em si novas potências em vias de atualizar-se. Seria, portanto, um equívoco pensar que retornar às escolas corresponderia a continuar com os mesmos modos de existência antes da pandemia. Queiramos ou não, aceitemos ou não, as nossas escolas não retornarão ao que eram antes da pandemia, tampouco seus atores e autores.

Quando assistimos crianças e jovens migrando de aulas presenciais para aulas remotas, *on-line*, subvertendo a ideia inadequada de que não é possível realizar aulas nessas condições, estamos diante de um dilema que nos projeta a devires outros, que escapam ao nosso controle.

Quando iniciamos este estudo propusemo-nos a ouvir o que estudantes estavam pensando sobre seus novos cenários educativos. Colocamo-nos à espreita a fim de que pudéssemos construir, através da observação e das redes de conversações com estudantes, professores, pesquisadores, familiares, um *corpus* de elementos que nos ajudassem a compreender os diversos movimentos que foram se entremeando nas práticas escolares desde que as aulas com presença física foram suspensas. Destacamos, aqui, as falas de alguns estudantes (2020) sobre as suas atividades escolares remotas em tempos de pandemia. Essas narrativas colaboram conosco ao evidenciar diferentes decisões diante do trabalho escolar, como podem ser observadas a seguir:

A minha experiência pessoal com as aulas e atividades acadêmicas durante a pandemia foram muito positivas, e isso se deve a alguns fatores: [...] Estrutura do curso em PBL (Problem Based Learning/ aprendizagem baseada em problemas) [...]. No presencial havia conflitos de interrupção de fala ou daquele colega que falava demais, e ficamos inicialmente receosos de que ocorresse o mesmo online. Todavia, pela função de desativar e ativar microfones, fica tudo organizado, e com maturidade e cortesia todos conseguem participar; economia financeira e de tempo e meio ambiente: [...] Os links de aulas online são disponibilizados sempre antes do início, e em quase todos os momentos ocorreram no horário correto, sem desperdício de tempo para espera de professor como no presencial [...] Pro meio ambiente, há menos poluição pela menor emissão de gases efeito estufa, menos consumo de descartáveis e menos lavagem de roupas de forma geral. Acredito que para todas as pessoas que têm o hábito do estudo, a disciplina de horários e rotina, interesse pela sua área acadêmica e boa estrutura em tecnologia e ferramentas de aprendizado, só houve benefícios com a quarentena em produtividade, conforto e economia. [...] Do mesmo modo que o serviço de streaming revolucionou a indústria da música e do cinema, acredito que é uma tendência a mudanças das práticas educacionais, que estão presas a métodos rudimentares como slides engessados, desinteressantes, sempre o mesmo de sempre. Um bom crédito para a pandemia será aos professores que souberem reinventar seus modos de ensino, com uso criativo das plataformas,

das ferramentas de criação (ebooks, apostilas, vídeo aulas, apresentações de slide) e com a revisão e aprimoramento de muitos conceitos, que por mais que estejam teoricamente consolidados, na realidade não refletem na necessidade dos alunos. [...] Já acabou o tempo de busca incessante em bibliotecas, antes o melhor era o que tinha acesso ao conteúdo mais exclusivo. A internet democratizou o acesso às informações, e hoje o melhor é quem faz proveito das informações certas, na profundidade ajustada à sua compreensão e necessidades, e nesse papel de facilitador, a escola tem muito a oferecer, mas muito mais a aprender. (Estudante do Ensino Superior, rede privada, 4º ano).

Eu estou achando muito ruim para aprendizagem porque não está tendo aula. Só está tendo algumas atividades enviadas pelo Google sala de aula. São questões mandadas pelo professor, indicação de vídeo de assuntos, questões do livro para responder, mas não há momento de correção das atividades. Eu acho que tudo isso vai me atrasar muito, principalmente agora, perto do ENEM e do vestibular. (Estudante do Ensino Médio, rede pública, 3º ano)

Eu estou achando muito legal, pois temos aula todos os dias e aprendemos. Eu gosto mais do trabalho remoto, pois aprendemos as mesmas coisas como se estivéssemos na escola. Estamos dentro de casa e é muito melhor. (Estudante do Ensino Fundamental, rede privada, 6º ano)

É importante dizer que temos diante desse novo cenário uma multiplicidade de atravessamentos que não pode ser precisada em sua totalidade, tampouco poderia ser desprezada. Sabemos que no Brasil, dadas as condições sociais, econômicas, políticas, culturais, não podemos dizer que os fluxos da normalidade são os mesmos e, muito menos, que as pessoas experimentarão os mesmos fluxos das novas normalidades. Esse normal e esse novo normal serão experimentados em suas multiplicidades, estamos certas disso.

De acordo com o Anuário da Educação Básica (2020, p. 14), “[...] a pandemia, aliada ao vírus da desigualdade social, provavelmente provocará um tsunami na Educação, cujo impacto apenas poderá ser capturado pelas estatísticas disponíveis ao longo dos próximos anos”. Concordamos que ainda é sem precedente o que enfrentaremos num futuro próximo quanto à desigualdade que se acirra a cada mês em que as aulas de presença física estão suspensas, sobretudo, considerando as redes pública e privada, cujas decisões

de retomada às atividades podem ser acompanhadas nas próprias falas dos estudantes, apresentadas anteriormente.

Notamos que os estudantes aos quais nos reportamos aqui possuem condições favoráveis às tecnologias digitais e condições estruturais do trabalho remoto e essa não é uma realidade objetiva da maioria da população brasileira. Muito pelo contrário. De acordo com estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado em 2019:

Diferentes pesquisas apontam que a fruição cultural está diretamente relacionada às categorias socioeconômicas – como escolaridade e grau de instrução, renda, faixa etária, hábitos culturais dos familiares etc. –, assim como ao acesso físico propriamente – existência ou não de equipamentos culturais na cidade, ida ou não de peças teatrais, espetáculos e shows para a região etc. Essas questões se reproduzirão igualmente no consumo cultural realizado pela internet. Isto é, no mundo digital, os padrões de fruição e de práticas ligados às artes e à cultura são homólogos, em alguma medida, do ponto de vista socioeconômico, aos consumos e às práticas culturais fora desse ambiente, e ainda exigem acesso físico ao computador, ao celular e à internet. Cabe avaliar se o desafio da fruição cultural feita pela internet não seria ainda maior, já que, além do 'letramento cultural', necessário tanto para o mundo virtual quanto para o físico, somam-se as complexidades do letramento digital. (SILVA; ZIVIANI; GHEZZI, 2019, p. 24-25)

Entretanto, o fato de observarmos as profundas desigualdades socioeconômicas não nos impede de ver e pensar na emergência de novas realidades, ainda que distribuídas desigual e injustamente. Aqui nos parece fundamental observar uma coisa e outra, ao mesmo tempo, de maneira que não percamos de vista o que está emergindo diante de nós. De início é necessário dizer que o maior problema que enfrentaremos não está na emergência de novos movimentos educativos, mas nas precárias condições sociais, econômicas e culturais historicamente arrastadas, diante do acesso aos bens materiais e imateriais da humanidade. Isso, sim, nos parece ser um motivo de nossas lutas e resistências e não tentar estancar um fluxo que segue independentemente do nosso esforço em querer controlá-lo, como está acontecendo com as novas práticas curriculares. É, portanto, desse lugar que afirmamos uma pluralidade de normais e de novos normais, o que requer perspectivarmos

pedagogias ainda mais diferenciadas, política, ética e esteticamente comprometidas com a justiça e a equidade social.

A ideia de modelos, de padrões, de normas, se já vinha sendo saturada com os tensionamentos das metanarrativas, agora nos parece romper e vaziar. Entendemos, sob esse ponto de vista, que pensar em políticas e práticas curriculares modelares não nos aproximará em equidade, mas tão somente intensificará o distanciamento entre os desiguais.

Esse novo normal na escola está carregado e fértil de novas realidades em potência, em vias de atualizarem-se. E, embora não saibamos em que *espaçotempo* essas potências do devir irão se atualizar, podemos arriscar a dizer que a escola do futuro não poderá e não será a mesma. Afinal, o que retorna, retorna em diferença de si. Só dessa forma poderemos conceber o emergir de um novo normal.

A emergência de um pós-normal

Como havíamos dito, não retornamos ao mesmo, mas à diferença. Desse modo, voltar ao normal não nos leva ao já vivido, mas ao devir. Nesse sentido, não vemos porque insistir em afirmar um novo normal, como se o passado recebesse por efeito semântico, a noção de um velho normal. Há, do que entendemos, um atravessamento do passado no presente e deste no futuro. Trata-se de um movimento intenso em que normal e novo normal se interpenetram, se saturam e produzem um normal outro, que preferimos chamar se pós-normal.

A proposição de um pós-normal, quando falamos de currículo, encontra inspiração em Lopes (2013, p. 8), quando a autora se refere aos estudos pós-críticos, marcando as características da pós-modernidade como

[...] um tempo de fim das utopias e das certezas, de desmoronamento da ideia de verdade centrada na prova empírica, na objetividade, na natureza ou na evidência matemática. Um tempo de explosão das demandas particulares e das lutas da diferença, de aceleração das trocas culturais e dos fluxos globais, de compressão espaço-temporal. Estamos aqui e ao mesmo tempo estamos noutra lugar e outros lugares e tempos estão em nós, fazendo com que relativizemos a ideia de passado e a de futuro, já que narramos a nossa vida tendo em

vista um passado que inventamos e um futuro que projetamos, passado e futuro que não são os mesmos nos diferentes lugares.

A experiência da pandemia, mais que em outros tempos, nos coloca diante de um “que fazer?”, cujas primeiras respostas diante do desassossego seria uma meia-volta à realidade que nos dava segurança. Essa segurança se mostra falível e relativa, uma vez que já não a experimentávamos, exceto em nossas ilusões. Acreditávamos que possuímos controle dos nossos modos de existir. Agora, diante da pandemia, não há mais nada que se possa fazer que não seguir em outra direção. Os territórios já se desfizeram, fomos lançados ou lançamo-nos em um plano inconsistente. Resta-nos, agora, pensar no que virá, no plano do imponderável. Parece-nos que aí está a chave de nossos argumentos: a modernidade, com todas as suas promessas e garantias de futuro nos apresentou a normalidade e, por muito tempo, a sociedade acreditou que poderia prever e controlar a natureza e suas relações. Sob as necessárias críticas pós-modernas, essa mesma modernidade se vê afetada pela pandemia, inclusive recuperando o “lugar da ciência” como o único tipo de conhecimento guardião da vida. E, embora reconheçamos o lugar da ciência e dos seus grandes feitos pela humanidade, preferimos não assumir uma postura cientificista diante do que ora experimentamos, mas, antes, buscar compreendê-la em sua imanência, cuja produção de conhecimento se dá, também, em atravessamentos com a filosofia, a cultura, a arte e a religião. É desse lugar que tensionamos a modernidade e as suas expressões de normalidade, sob a perspectiva de que estamos chamando de pós-normalidade.

Dizemos que a pós-normalidade nada tem a ver com um gradualismo, ou com a ideia de evolução de um estado a outro, mas, seguimos os pressupostos de Lopes (2013, p. 11, grifo do autor), que assim se posiciona:

[...] o prefixo ‘pós’ refere-se ao abandono dos axiomas essencialistas. Ser ‘pós’ algum movimento ou escola de pensamento (estruturalismo, colonialismo, modernismo, fundacionalismo, marxismo) implica problematizar esse mesmo movimento ou escola de pensamento, questionar as suas bases, as suas condições de possibilidade e de impossibilidade. Não é um avanço linear, não é uma evolução ou uma superação a supor que os traços do movimento ou da escola de pensamento questionados são apagados. Essa reconfiguração pode ser

correlacionada à própria desconstrução dos princípios que sustentam determinado movimento ou escola de pensamento.

É perspectivando essa vontade de problematizar, de questionar suas bases e suas possibilidades diante do normal e de um pretensão “novo normal” que propomos pensar um pós-normal, o qual traz consigo possibilidades importantes de entendermos o momento que atravessamos sem nos fixar em um modelo ou padrão de modos de existir e de produzir realidades.

Um pós-normal em educação?

Foi com essa questão que intitulamos este texto e é também essa a questão que nos provoca como pesquisadoras no campo da educação. De início, parece-nos salutar problematizar os novos cenários que estamos produzindo nas mais diversas direções, produzindo diferentes territórios. Com isso, é evidente que não pretendemos afirmar uma futurologia, mas, tão somente, pensar nas tendências quanto às relações sociais, aos modos de sociabilidade, às práticas que vão emergindo nesse pós-normal. O que aqui estamos afirmando como um pós-normal? O que faz com que acreditemos e defendamos um pós-normal em educação? A resposta, ainda provisória para essas questões, trata-se tão somente de um exercício na direção de repensarmos nossos modos de produzir e habitar em novos territórios. Com isso, nossos argumentos vão ao encontro da ideia de que o pós-normal nada tem a ver com a sequência temporal normal e depois do normal. Sabemos, como já o dissemos, que a temporalidade passado-presente-futuro é uma síntese da duração.

Pensando na relação entre passado e presente, Deleuze (2006) nos fala de quatro paradoxos do passado: a contemporaneidade, a coexistência, a preexistência e a síntese passiva transcendental do passado puro. O primeiro, o da contemporaneidade, deixa ver que o passado é, ao mesmo tempo, um presente que foi; o segundo, o da coexistência, deixa ver que se o passado é contemporâneo do presente que ele foi, então, passado e presente coexistem. Nesse sentido,

O passado não faz passar um dos presentes sem fazer que o outro advenha, mas ele nem passa, nem advém. Eis porque, em vez de ser uma dimensão do tempo, o passado é a síntese do tempo

inteiro, de que o presente e o futuro são apenas dimensões. Não se pode dizer: ele era. Ele não existe mais, ele não existe, mas insiste, consiste, é. Ele insiste com o antigo presente, ele consiste com o atual ou o novo. (DELEUZE, 2006, p. 126-127)

O terceiro paradoxo, o da preexistência, completa os outros dois e faz ver que “cada passado é contemporâneo do presente que ele foi, todo passado coexiste com o presente em relação ao qual ele é passado, mas o elemento puro do passado em geral preexiste ao presente que passa”. (DELEUZE, 2006, p. 127) Por fim, ao tratar da síntese transcendental do passado puro, fundada no triplo ponto de vista da contemporaneidade, da coexistência e da preexistência, o autor nos leva a pensar que o novo presente dispõe de uma dimensão suplementar, é porque ele se reflete ‘no’ elemento do passado puro em geral, de maneira que o antigo presente somente é visto como particular ‘através’ deste mesmo elemento.

Esses paradoxos nos ajudam a argumentar que o normal e o novo normal, assim como passado e presente, não podem ser pensados como um “tempo que passou”, muito embora, também não nos permitem falar de um presente (novo normal) que não traz elementos do presente que passou. No campo da educação, sobretudo das práticas curriculares, não nos sentimos à vontade para falar de um novo normal se não for provocado pelo que aqui já discutimos a partir da ideia de um “pós”-normal. Interessamos, pois, saber que o passado-presente-futuro, como dimensões do tempo inteiro, como nos diz Deleuze, não nos levará a uma pretensa linearidade marcada pelo antes e depois da pandemia. Preferimos, nessa direção, pensar no “tempo inteiro” das práticas curriculares. O que do “passado” trouxemos para o “presente novo”? O que levaremos desse presente novo (que será presente passado) para o “futuro”?

Em uma de nossas conversas no grupo de pesquisa do qual participamos, uma professora nos provocou a pensar sobre a (im) permanência semanal das aulas/encontros semanais. Para ela já não faz mais sentido o deslocamento semanal para atividades que poderiam ser realizadas de maneira virtual, sem nenhum prejuízo. Entretanto, em conversas mais aprofundadas sob a perspectiva da prática curricular, nos incomoda a transposição das aulas com presença física para as aulas com a presença virtual. Como se as aulas virtuais devessem ser, necessariamente, iguais àquelas que acontecem naquelas. Retomando a fala do estudante do Ensino

Fundamental, ao perguntarmos sobre como estavam sendo aulas virtuais, ele nos responde: *“a mesma coisa: temos três horários de aula, a professora dá o assunto e a gente participa. Depois a gente faz as tarefas e manda pelo AVA. A mesma coisa, não muda nada”*. E, ainda que essa criança nos diga que “não muda nada”, sabemos que o novo presente está atravessado pelo passado antigo, cujo discurso sobre o que é uma aula e uma sala de aula, se mantém na ordem da “normalidade”. No entanto, a sala de aula agora, para esse estudante, é seu celular ou seu computador. O novo presente já está aí. Que permanências e impermanências estamos produzindo com esse pós-normal em educação? Acreditamos que precisamos avançar nesse sentido, e o faremos em estudos próximos, mas, não mais neste texto, por termos que marcar a sua finitude temporal.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho, que consideramos ainda em sua precariedade e provisoriedade, objetivando problematizar o que temos construído em torno dos sentidos de normal e novo-normal em nossas ações curriculares. Assumimos, desde o início, que não tratamos tais atributos como uma sequência temporal, centrada no antes e depois, mas tentamos capturar de seus sentidos as suas ambiguidades e os seus tensionamentos para, em seguida, avançarmos na direção de agenciar enunciados no sentido da emergência de um pós-normal em educação.

Acreditamos que já nos encontramos na atualização do presente e, sendo agora um presente que também se encontra “passando”, nos encontramos em fluxos de devires. Não sabemos o que nos espera em um futuro próximo, todavia, sabemos que não retornaremos ao vivido, senão pela produção das diferenças que experimentamos.

Na educação, face aos movimentos que avançam em diferentes velocidades, especialmente no sentido das práticas curriculares, não vemos plausibilidade em tentarmos nos apegar a um presente que estamos vendo passar. E, embora o “novo presente” esteja tramado com o presente que ora se mostra em passagem, seria desnecessário tentar estancar o fluxo das mudanças decorrentes dessas atualizações dos tempos passado-presente-futuro. O que nos parece mais coerente dizer, nesse momento de pandemia, é que precisamos sentir a direção que estamos tomando nas mais diferentes dimensões e, acima de tudo, buscar compreender o que

nos acontece. Está, certamente, acontecendo alguma coisa em nós – e nos mundos – que ainda não sabemos descrever com exatidão (seria isso possível?), mas, nem por isso, podemos simplesmente negar o que nos acontece a fim de envidar esforços a uma retomada do antes vivido, seja na vida, na sociedade, na economia, na educação ou em quaisquer outras dimensões.

No campo das práticas curriculares, podemos afirmar que as “aulas” no mundo, e no Brasil, não serão mais as mesmas. O ambiente da escola parece ter se expandido e se entrecruzado com novos ambientes, sejam físicos ou virtuais; os comportamentos dos sujeitos, depois de terem experimentado novos modos de participar das aulas e de aprender, podem estar anunciando outras relações nos processos de ensino-aprendizagem. Vimos disparar novos dispositivos curriculares que, embora alguns já estivessem sido anunciados antes da pandemia, agora se sustentam como possibilidades formativas, a exemplo do uso das tecnologias digitais, dos vídeos, dos chats e videoconferências, não mais como suportes, complementação, mas como meios de formação, inclusive na educação básica.

O que parece gritar diante de nós e que não é resultante da pandemia, embora saibamos que aumentará, é uma desigualdade social que distancia cada vez mais as minorias excluídas das majorias dominantes. Todavia, o cenário pós-normal em educação parece estar pressionando os Estados em defesa de políticas públicas para a educação que garantam a distribuição do acesso às novas possibilidades formativas decorrentes do período pandêmico. O que o Estado fará com as milhares de crianças e jovens afastadas das escolas e sem acesso às condições mínimas estruturais para a continuidade dos estudos, uma vez que estar na escola é um direito público subjetivo, como reza a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96?

Parece-nos que nos encontramos no que Deleuze e Guattari (1995, p. 44) denominam como platô, ou quando se “está sempre no meio, nem início, nem fim”, mas, que se encontra sempre vibrando, carregado de multiplicidades. É desse lugar meio, *intermezzo*, entre as coisas, inter-ser, como nos dizem os autores supracitados que queremos pensar as novas composições e práticas curriculares. Quais as multiplicidades que decorrerão dos platôs em que ora nos encontramos? Quais as decisões que tomaremos diante desse pós-normal?

Talvez seja, agora, o tempo de forjarmos novos e outros caminhos, outras direções, deixar emergir as novas composições curriculares, sentir o pós-normal em educação, com todas as suas ambiguidades, suas ambivalências, suas tramas. É preciso capturar desse momento novas perspectivas que se anunciam na educação, sem assumir quer seja o pessimismo exagerado, quer seja o otimismo estéril. Parece-nos que o pós-normal está no *intermezzo*.

The return to a “new regular”: the emergency of a post-regular in education?

Abstract: The present text is a product of studies motivated by the political and educative scenarios established facing to the COVID-19 pandemic (SARS-CoV-2) in Brazil and the world. With the sanitary orientations of social distance at the beginning of the scholar year of 2020, it was produced a lockdown of scholar spaces and the suspension of face-to-face activities, causing multiple questions toward the viable alternatives to scholar learning of students, concerns about the use of remote activities, anxiety about the return to normality and the possibility of a “new normal”. In this pandemic context was produced this work, which principal aim is to problematize the “normal” and the “new normal” not as a temporal sequence, centered in a before and an after, respectively, but in their ambiguities and tensions, and, in this way to mention enunciates in the sense of emergency of a post-normal in education. It’s about a theoretical study predominately, feed by the listening of fundamental education students from public and particular schools, and, form higher education too, about their new educative scenarios. Student’s narratives show a kind of enthusiasm towards the utilization of on-line activities, giving evidence the fact of having access to digital technologies and structural conditions to remote work, which is not an objective reality representation of the most Brazilian population. The answers still provisory to raising discussions aim to a need to re-think our modes of produce and inhabit in new territories in times of *intermezzo*, allowing to emerge new curricular compositions in this post-normal in education, with all their ambiguities, their ambivalences, their plots.

Key-words: Education. Curriculum. Curricular Compositions. New normal. Post-normal in Education.

El retorno a una “nueva normalidad”: ¿el surgimiento de una post-normalidad en la educación?

Resumen: El presente texto es producto de estudios motivados por los escenarios político y educativo instalado de cara a la pandemia del COVID-19 (SARS-CoV-2) en el Brasil y el mundo. Con las orientaciones sanitarias de distanciamiento social al inicio del año lectivo de 2020, se produjo un cierre de espacios escolares y la suspensión de las actividades presenciales, ocasionando múltiples cuestionamientos sobre las alternativas viables para el aprendizaje escolar de los estudiantes, inquietudes sobre la utilización de actividades remotas, ansiedad sobre el retorno a la normalidad y la posibilidad de un “nuevo normal”. En este contexto de pandemia fue producido

este trabajo, cuyo principal objetivo está en problematizar el “normal” y el “nuevo normal” no como una secuencia temporal, centrada en un antes y un después, respectivamente, sino en sus ambigüedades y tensiones, para así agenciar enunciados en el sentido de emergencia de un post-normal en educación. Se trata de un estudio predominantemente teórico, alimentado de la escucha de estudiantes de educación fundamental de escuela pública y privada, y de educación superior sobre sus nuevos escenarios educativos. Las narrativas de los estudiantes evidencian cierto entusiasmo en relación a la utilización de las actividades on-line, evidenciando el hecho de poseer acceso a las tecnologías digitales y condiciones estructurales de trabajo remoto, lo que no representa la realidad objetiva de la mayoría de la población brasileña. Las respuestas, aún provisionales a las discusiones levantadas apuntan a la necesidad de repensar nuestros modos de producir y habitar en nuevos territorios en tiempos de intermezzo, dejando emerger nuevas composiciones curriculares en este post-normal en educación, con todas sus ambigüedades, sus ambivalencias, sus tramas.

Palabras clave: Educación. Currículo. Composiciones curriculares. Nuevo normal. Post-normal en Educación.

Referências

AGAMBEN, G. La invención de una epidemia. In: AMADEO, P. (org.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: ASPO, 2020. p. 17-20. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/06/2020_06_22-direito-covid-19-ppgd-livros-sopa_de_wuhan-pensamiento_contemporaneo_en_tiempos_de_pandemias.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

AMADEO, P. (org.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: ASPO, 2020. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/06/2020_06_22-direito-covid-19-ppgd-livros-sopa_de_wuhan-pensamiento_contemporaneo_en_tiempos_de_pandemias.pdf. Acesso em: 31 ago.2020.

BAHIA. Decreto nº. 19.529 de 16 de março de 2020. Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. *Casa Civil*, Salvador, 17 mar. 2020. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19529-de-16-de-marco-de-2020>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BAHIA. Decreto nº 19.549 de 18 de março de 2020. Declara situação de emergência em todo o território baiano, afetado por Doença Infecciosa Viral - COBRADE 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 2, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências. *Casa Civil*, Salvador, 19 mar. 2020. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19549-de-18-de-marco-de-2020>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BAHIA. Resolução CEE nº. 27 de 25 de março de 2020. Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o

desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual nº 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID19. *Conselho Estadual de Educação*, Salvador, 27 mar. 2020. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BORBA, S. Aspectos do conceito de multirreferencialidade nas ciências e nos espaços de formação. In: BARBOSA, J. (org.). *Reflexões em torno da abordagem multirreferencial*. São Carlos: EdUFSCar, 1998, p. 17.

BUTTNER, J. El capitalismo tiene sus limites. In: AMADEO, P. (org.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: ASPO, 2020. p. 59-65. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/06/2020_06_22-direito-covid-19-ppgd-livros-sopa_de_wuhan-pensamiento_contemporaneo_en_tiempos_de_pandemias.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Senado Federal*, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Conselho Nacional da Educação*, Brasília, DF, 20 dez. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 04 fev. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 934 de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. *Diário Oficial da União*, [Brasília, DF], 01 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Portaria 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020,

nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. *Ministério da Educação*, [Brasília, DF], 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> . Acesso em: 30 ago.2020.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. *Anuário Brasileiro da Educação Básica*. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso: em 18 jun. 2020.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lucia de Oliveira e Aurelio Guerra Neto, Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.

FOUCAULT, M. *Uma arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Selma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a Geneologia, a História. In: MOTTA, M. B. *Ditos & Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 260-281.

KINCHELOE, J. L. O poder da bricolagem: ampliando os métodos de pesquisa. In: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Tradução de Roberto Cataldo Costa. *Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-38.

LOPES, A. C. Teorias Pós-críticas, Política e Currículo. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 39, p. 7-23, 2013. Disponível em <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/02.AliceLopes.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MEIRELES, C. *Ou isto ou aquilo*. São Paulo: Global Editora, 2014.

NORMAL. [S. l.: s. n.], c2008. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/normal/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

PAINEL Coronavírus. Brasil: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 20 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. Brasília, DF: OPASbrasil, 2020. Disponível em: : https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 20 jul. 2020

RAIC, D. F. F. *Nas tramas da pedagogicidade, a emergência do pedagogo-bricoleur*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, F. A. B. de; ZIVIANI, P.; GHEZZI, D. R. *As tecnologias digitais e seus usos*. Textos para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9293/1/TD_2470.pdf. Acesso em: 31 de ago. 2020.

ŽIŽEK, S. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill y podría conducir a la reinvencción del comunismo. *In*: AMADEO, P. (org.). *Sopa de Wuhan*. La Plata: ASPO, 2020. p. 21-28. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/06/2020_06_22-direito-covid-19-ppgd-livros-sopa_de_wuhan-pensamiento_contemporaneo_en_tiempos_de_pandemias.pdf. Acesso em: 31 ago.2020.

Submetido em: 20/07/2020

Aceito em: 28/09/2020